

CONFIANÇA E CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS. O CASO DA APROVALE

Hernanda Tonini¹
Janaina Macke²

Resumo

A confiança e o capital social são elementos que estão na base das relações do sujeito moderno. Pesquisas demonstram que o desenvolvimento das comunidades está diretamente ligado aos níveis de capital social e confiança existentes entre seus membros, levando em consideração fatores como a participação em associações e organizações comunitárias. Ao analisar o aspecto subjetivo dos termos estudados, utilizou-se a metodologia qualitativa. Através do método estudo de caso, este artigo visa compreender a relação entre a presença de índices de confiança e capital social na Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (Aprovale) e o desenvolvimento existente nessa localidade, região de maior destaque na produção de vinhos no Brasil. Para verificar a relação entre confiança, capital social e desenvolvimento, foi realizado um resgate histórico sobre a formação da comunidade e aplicados questionários aos associados da Aprovale.

Palavras-chaves: capital social; confiança; associação; Vale dos Vinhedos.

Abstract

Trust and social capital are elements on the base of the relation between the modern citizen. Researches show that community development is associate to the social capital and trust level in the members, considering factors like participation in associations and organizations. Analyzing the subjective aspect of the terms, it was used qualitative methodology and through case study method, the present article pretends understand the relation between the existence of trust and social capital in the APROVALE and the development of the locality, the most important wine region from the country. To confirm trust, social capital and development relation, it was made an historical research about the community Vale dos Vinhedos and applied surveys to the members of APROVALE.

Key words: social capital; trust; association; Vineyard Valley.

¹ Mestranda em Turismo (UCS); Especialista em Gestão Empresarial (UCS); Bacharel em Turismo (UNISUL).
E-mail: htonini@hotmail.com.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Turismo da UCS e do Programa de Pós-graduação em Administração da UCS. E-mail: jmacke@terra.com.br.

Introdução

As relações sociais da atualidade estão passando por uma mudança de valores: a “modernidade líquida” a que se refere Bauman (2004) faz das relações uma forma de consumo baseada no efêmero, no uso descartável. O ser humano enfrenta constantes transformações resultantes, entre outros fatores, de conflitos entre grandes corporações que defendem interesses próprios, da crise do Estado perante os cidadãos, do estabelecimento de uma sociedade de valores consumistas e do surgimento de novas formas de relacionamentos a partir de novos hábitos e costumes. Mas onde se quer chegar com tantas mudanças? Em busca do que está o ser humano? Desenvolvimento ou poder? Tecnologia ou hegemonia? Conhecimento ou informação?

A época atual possui suas características, suas transformações, mas parece que o maior destaque está na quantidade de questionamentos que a modernidade trouxe ao indivíduo e, principalmente, na possibilidade deste questionar-se e buscar respostas. Nesse sentido, entender as relações sociais torna-se fator fundamental para compreender aspectos relacionados à difusão de associações e organizações entre membros de objetivos comuns. De certo modo, pode indicar a ineficiência dos governos em prover as necessidades básicas da coletividade e o fortalecimento de relações entre pessoas que buscam um ideal partilhado, sustentado pela reciprocidade com o outro; um **outro** que na maioria das vezes é desconhecido.

Como forma de associações legais surgem diferentes arranjos entre indivíduos ou empresas que possuem interesses similares e percebem que a partir de sua unificação, adquirem maior força diante dos conflitos e das dificuldades do mundo atual. Esse processo vem sendo percebido nos níveis local, regional, nacional e internacional; exercido em setores diversos, o qual é relacionado à existência de confiança e altos índices de capital social entre os membros, conforme analisa Coleman (1990) e Putnam (2002), entre outros.

Através de metodologia qualitativa, este artigo identifica a existência da confiança e do capital social na Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE), criada em 1995, a partir da união de seis vitivinicultores da região de mesmo nome, na serra gaúcha. O surgimento e o fortalecimento da associação estão diretamente ligados à necessidade dos produtores locais enfrentarem a competitividade do mercado vinícola no contexto mundial, contribuindo para o desenvolvimento da localidade no setor vitivinícola e turístico.

A confiança e as relações sociais

Para que um grupo de indivíduos esteja em condições de se unir, não basta a crença em um objetivo comum. Nos bastidores da busca por um resultado para um grupo de indivíduos, residem conceitos complexos oriundos das relações humanas. Um desses conceitos, amplamente discutido nas ciências sociais e com uma visão um pouco diferente também na ciência econômica, é a confiança.

Variável de difícil identificação e mensuração, a confiança está no cerne das relações familiares, de amizade e econômicas, podendo ser encarada como a questão central para o desenvolvimento do ser humano. Apesar da importância quanto à existência da confiança nas relações sociais, o termo ainda enfrenta dificuldades na sua definição e no seu uso multidisciplinar.

Um dos principais elementos utilizados nas definições de confiança – presente na base do pensamento de muitos autores – parte de Mayer, Davis e Schoorman (apud ROUSSEAU et al, 1998) e diz respeito à propensão do indivíduo à vulnerabilidade, transparecendo a necessidade de confiar em outra pessoa, por causa de deficiências ou fraquezas.

Outro componente identificado na confiança relaciona-se às expectativas positivas que determinado indivíduo tem em relação ao outro (ROUSSEAU et al, 1998). Para que o sentimento de confiança se desenvolva, uma pessoa pressupõe atitudes e pensamentos de outra, baseada em uma relação preexistente (como é o caso de familiares) ou em aspectos culturais comuns, identificados a partir de hábitos éticos e costumes.

Ao analisar a confiança, Fukuyama (1996) destaca um fator fundamental, que não faz parte da definição utilizada por Rousseau et al (1998): a questão cultural, caracterizada pelos hábitos e as tradições de determinada comunidade. O autor credita aos aspectos culturais todas as conseqüências positivas ou negativas de um grupo de indivíduos, pois na sua visão, “o bem-estar de uma nação, bem como sua capacidade de competir, é condicionado a uma única, abrangente característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade” (FUKUYAMA, 1996, p.21).

Para que a confiança exista e se desenvolva, Rousseau et al (1998) identificam na literatura acadêmica duas condições consideradas fundamentais: o risco e a interdependência. A primeira refere-se às possibilidades de perdas com determinada situação, e acaba por tornar-se parte integrante da tomada de decisões, onde o indivíduo pondera prós e contras. Dessa forma, é a partir do risco que o indivíduo opta por confiar ou não em outrem.

Quanto à condição da interdependência, está relacionada ao fato de se alcançar um objetivo somente com o auxílio de uma terceira pessoa, ou seja, a confiança no outro sobrevive em função da dependência, para que o sujeito possa atingir determinado fim. Isso coincide com a análise de Bauman (2004) sobre as transformações nas relações atuais, tornadas um mero bem de consumo que o ser humano usufrui para saciar suas mais diversas necessidades e descarta quanto não lhe é mais útil ou surge opção melhor.

Analisando as condições propostas por Rousseau et al (1998), é possível inferir que a construção da confiança é extremamente individual, pois está relacionada ao que o **eu** perde e ao que o mesmo **eu** precisa do outro sem estar necessariamente pensando no outro. Mas será que são apenas essas condições individuais que promovem ou mantêm a confiança?

É importante considerar que, ao confiar em determinada pessoa, o sujeito está disposto a compartilhar valores e sentimentos, e que a confiança aumenta de acordo com a intensidade dessa troca. Portanto, a confiança cresce conforme o indivíduo descobre no outro que suas crenças e valores são cada vez mais similares e assim conhece suas reações, o que possibilita confiar mais e mais. Por esse *prima*, a confiança já não pode ser encarada como um aspecto unilateral.

Na visão de Fukuyama (1996), a necessidade de confiar é tão importante quanto a satisfação de ser igualmente confiável; do contrário, não há cooperação entre as pessoas. Seguindo essa linha de pensamento, Putnam (2002), ao desenvolver seu trabalho na comunidade italiana com o objetivo de avaliar os motivos responsáveis para que uma determinada região obtenha maior desenvolvimento econômico que outra, argumenta que a confiança se desenvolve através da cooperação. Em contrapartida, a própria cooperação gera confiança, mas para que isso ocorra, a existência de um ambiente estável também é fundamental. Para Putnam, a confiança é o elemento essencial para a construção de uma comunidade cívica, aquela em que os indivíduos participam ativamente da vida pública. Ele salienta ainda que as redes de relacionamento permitem que a confiança seja disseminada; “confio em você porque confio nela, e ela me garante que confia em você” (PUTNAM, 2002, p.178).

Nesse sentido, a confiança pode ser encarada como condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma comunidade como um todo, baseada na cooperação e no bem-estar coletivo.

Ao abordar a confiança nas relações sociais amplas, não podemos nos referir àquele sentimento gerado por uma convivência íntima, que Williams (apud PUTNAM, 2002) chama

de “confiança irrestrita”. Esta é considerada uma forma de confiança indireta, que ocorre nos relacionamentos impessoais e pode ser fortalecida a partir de algumas normas, das quais a principal é a reciprocidade. Segundo Fukuyama (1996), as regras de reciprocidade são um condicionamento social. Assim, são encaradas como normas a serem cumpridas para um bom convívio na coletividade, gerando a expectativa da continuidade de padrões comportamentais. Ainda sob a ótica de Fukuyama (1996), percebe-se novamente o destaque dado à questão coletiva, a partir da afirmação de que “confiança é a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade” (FUKUYAMA, 1996, p.41).

Existe ainda outra condição para o surgimento da confiança: a estabilidade. Quando Rousseau et al (1998) identificaram a questão da expectativa quanto às ações positivas para com outro indivíduo como elemento integrante da confiança, é possível relacioná-la ao grupo como um todo. Afinal, se o mesmo não é estável, como prever as reações nas mais diferentes situações enfrentadas entre si?

Nesse momento, a ênfase recai sobre os valores éticos e morais compartilhados em uma comunidade. No entanto, o fato de não haver confiança entre os indivíduos em um dado momento, não significa que esta nunca irá se desenvolver. A confiança não pode ser considerada algo estático, como alguns autores costumam apontar (MILES; CREED, 1995). A partir disso, estão sendo realizadas pesquisas de acordo com as três fases verificadas para a confiança: construção, estabilidade e declínio. Rousseau et al (1998) afirmam que, em geral, os pesquisadores analisam as situações com mais frequência a partir de uma dessas fases, seja seu processo de desenvolvimento, seu estágio concretizado ou, ainda, os motivos para atingir uma situação de decadência por parte dos indivíduos relacionados ao objeto de estudo.

A construção da confiança é favorecida quando existe um conhecimento mútuo entre os membros, baseado em uma forte tradição comunitária. Nesse sentido, a importância de valores e signos compartilhados é parte essencial na formação de uma comunidade com altos índices de desempenho socioeconômico, voltada para o bem-estar coletivo (MACIEL; ALBAGLI, 2002). Na visão de Fukuyama (1996), a pobreza e o atraso dos países parecem estar centrados, em grande parte, na incapacidade dos cidadãos de pensar e agir pelo bem comum.

Uma das formas de participação que contribui para a coletividade são as associações, e Stolle (1998) considera que as pessoas participantes dessas organizações são mais confiáveis do que as que não desempenham funções associativas.

A confiança pode existir ou não nas relações sociais entre os membros de uma comunidade. No entanto, um elevado grau de confiança é, segundo Putnam (2002), a base sólida para a constituição do capital social, conceito associado à coletividade e que será analisado a seguir.

Construindo o capital social

A participação do indivíduo nas questões coletivas está sendo relacionada à existência de uma característica de difícil mensuração: o capital social nas comunidades. Diferentes autores como Coleman (1990), Fukuyama (1996) e Putnam (2002) buscam quantificar o capital social em determinada localidade como forma de identificar que o desenvolvimento provém da existência dessa variável.

O capital social vem sendo estudado desde o início do século passado, com Hanifan (1916), mas nas últimas décadas ganhou ênfase nas ciências sociais e econômicas, sendo considerado elemento-chave para o desenvolvimento humano e econômico das comunidades. Em função disso, o Banco Mundial considera o capital social uma alternativa para redução da

pobreza e melhoria dos aspectos econômicos e sociais das regiões menos favorecidas (BAQUERO, 2003).

Maciel e Albagli (2002) sugerem algumas outras razões para que o capital social seja disseminando entre as ciências, tais como a valorização das relações sociais no discurso social e econômico, as transformações da sociedade e do papel do Estado, a importância das relações em redes para melhorar o desempenho econômico e, ainda, a necessidade de conceitos para se identificar a complexidade humana. Com esse intuito, Coleman (1990) e Putnam (2002) têm analisado a existência do capital social em casos específicos, considerando as características histórico-culturais de cada ambiente, sendo estas também responsáveis pelos resultados positivos ou negativos identificados.

Ao estudar as relações existentes nas classes sociais, Bourdieu (1980) não utiliza apenas o conceito de capital social, mas inclui o capital cultural, para melhor compreender aspectos existentes na coletividade. Nesse contexto, o autor entende como capital social um conjunto de recursos existentes no próprio indivíduo, intrínsecos, para formação posterior de uma rede. Bourdieu destaca ainda em sua definição o fato de que as redes de relações são, antes de tudo, reconhecidas pelos seus membros, para que mais tarde, se possível constituir um resultado positivo para a coletividade.

Alguns anos mais tarde, Coleman (1990) analisou o capital social a partir dos resultados verificados entre alunos de escolas públicas e escolas católicas inglesas, bem como, a relação entre acesso a recursos e capital social. Nessa esfera onde Coleman prioriza a abordagem econômica, o capital social é visto como “o conjunto de recursos existentes nas relações familiares e na organização social comunitária, que são úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de uma criança ou jovem” (COLEMAN, 1990, p.300).

No seu trabalho, Coleman (1990) analisou a importância do capital social não apenas para os resultados de um grupo de membros, mas também através do crescimento individual do ser humano e posterior participação comunitária. Concluiu ainda que onde a confiança é maior, existe mais capital social, e considerou as normas e sanções uma forma de capital social apenas quando elas influenciam o indivíduo a trabalhar pelo bem comum.

Outra definição para o capital social partiu de Putnam (2002), ao estudar as redes de relacionamento na Itália e os motivos para o desenvolvimento díspar identificado naquele país. Na sua ótica, o termo capital social possui uma abordagem sociopolítica, considerado um conjunto de elementos com “características da organização social, tais como confiança, normas e redes que podem melhorar a eficiência da sociedade, por facilitarem ações coordenadas” (PUTNAM, 2002, p.117).

Durante sua pesquisa, Putnam (2002) chamou de comunidades cívicas aquelas com maior capital social, tomando como base algumas características principais: direitos e deveres iguais para todos; forte presença de relações horizontais, de reciprocidade e de cooperação; o fato dos líderes se considerarem responsáveis pelos demais indivíduos; a ampla participação dos cidadãos no governo; o interesse coletivo superar o individual e a existência de sólidas relações de confiança entre os participantes da comunidade.

Na visão de Nahapiet e Ghoshal (1998, p.243), capital social é “a soma dos recursos reais e potenciais, envolvidos, disponibilizados e derivados das redes de relacionamento de um indivíduo ou unidade social”. A partir dessa definição, os autores propõem três dimensões de capital social: (i) a estrutural, baseada nas redes e no sistema social; (ii) a relacional, focada nas relações pessoais, na confiança, nas normas e obrigações; e (iii) a cognitiva, direcionada para o sistema de representações e significados da sociedade.

Durston (2000) alerta para o fato do capital social estar baseado na confiança e na cooperação, mas ainda assim, não levar necessariamente a altos níveis de participação, a um incremento do desempenho econômico, nem resultar numa sociedade realmente democrática. O autor se baseia no fato de que os efeitos do capital social não se caracterizam pela

igualdade, mas que resultam de uma série de atores e fatores que podem não estar relacionados com o mesmo. Dessa forma, sustenta que é necessário analisar casos específicos.

As abordagens e estudos da existência do capital social entre os indivíduos enfatizam sua capacidade de auxiliar o desenvolvimento para a coletividade e a busca por melhor desempenho socioeconômico. No entanto, Putnam (2002) aponta conseqüências negativas provenientes da reprodução do capital social, como é o caso da religiosidade italiana – negativamente relacionada com engajamento cívico – e das organizações criminosas hierarquizadas no sul da Itália (*mafiosi*), que segundo Gambetta (apud PUTNAM, 2002, p.157) produzem uma mercadoria especial inexistente na região: “em vez de produzirem carros, cerveja, porcas e parafusos ou livros, eles produzem e vendem confiança”.

Nesse sentido, podem existir associações – como é o caso da máfia – que simbolizam a existência de confiança e capital social. No entanto, é necessário um estudo amplo e aprofundado para dissolver as complexidades presentes nas relações sociais, evitando a superficialidade. Com essa atenção, Silveira (2002) ampliou o conceito de capital social, referindo-se:

[...] à experiência associativa, aos laços de confiança e cooperação, às competências e capacidades organizacionais e às configurações de caráter tácito ou institucionalizado que sedimentam relações interpessoais e interorganizacionais, passíveis de abordagem na ótica de construção social dos territórios. (Ibidem, p.243)

Das 20 regiões italianas pesquisadas por Putnam (2002), a Calábria foi considerada a menos cívica e a que possui o maior nível de desconfiança. Paralelamente, foi identificada a sobreposição das preocupações individuais ante as coletivas, além de um número muito pequeno de associações, o que reforça a idéia de sua importância para o desenvolvimento da comunidade.

Os resultados das pesquisas de Putnam (2002), considerando o contexto histórico-cultural, apontam que as regiões do norte da Itália são mais cívicas que as comunidades do sul e que desde o fim do século XIX já existiam cooperativas formadas por vicultores. Assim, naquele país, elementos como a confiança e o capital social são capazes de propiciar desenvolvimento socioeconômico, favorecendo o pensamento em virtude da coletividade.

A seguir, os aspectos metodológicos deste estudo, como forma de identificação da confiança e do capital social na Aproveale.

Procedimentos metodológicos

De acordo com o objetivo deste artigo, no que se refere à relação entre confiança, capital social e desenvolvimento local, foi utilizada metodologia qualitativa, através do método de estudo de caso. Considerando-se a bibliografia existente sobre os temas pesquisados, que intensificam a necessidade quanto às análises específicas sobre as localidades, foi definido como objeto de estudo a Aproveale, associação formada por empresas vinculadas à região do Vale dos Vinhedos, na serra gaúcha.

Antes de tudo, para construir a análise a partir de um contexto histórico-cultural, foi realizado um resgate histórico mediante pesquisa bibliográfica a respeito da formação da localidade, desde a vinda dos imigrantes até hoje. Esse resgate foi efetuado também com relação ao surgimento da Aproveale, através de entrevistas com os produtores que a criaram.

A escolha da Aproveale está ligada ao crescente sucesso dos produtos da região no setor vinícola, bem como a sua divulgação como rota enoturística, de destaque nacional e internacional, resultado verificado nas duas últimas décadas, e com maior ênfase, após a

obtenção do selo de Indicação de Procedência para seus produtos, um sinônimo de qualidade. Embora a associação possua membros de outros setores (de hospedagem, artesanato, gastronomia), a limitação quanto aos entrevistados reside no fato de que o produto base que sustenta a localidade é o vinho, e a criação da Aprovale está diretamente relacionada à competitividade comercial do vinho local no setor vinícola mundial. Em vista disso, o levantamento de dados foi feito apenas com os associados envolvidos no ramo vitivinícola.

No intuito de mensurar a existência do capital social e da confiança entre os membros da Aprovale, verificando sua participação no desenvolvimento da região, foi aplicado um questionário aos 23 associados produtores de vinhos ou suco de uva estabelecidos no Vale dos Vinhedos. Embora o uso dessa técnica possa ser limitado quanto à precisão e realidade das respostas, possibilita um entendimento abrangente sobre o objeto de estudo, facilitando a análise qualitativa, relacionando-a ao contexto histórico-cultural.

O instrumento de coleta de dados foi construído com base no referencial teórico. Composto por 62 questões objetivas, divididas em seis blocos – dados do respondente, dados da empresa, Aprovale, vida social, vida cívica e obrigações – busca conhecer aspectos considerados fundamentais para mensurar a confiança e o capital social entre os indivíduos: obrigações, participação cívica e rede de relações, entre outros.

Entre as informações coletadas, uma das variáveis que interessava conhecer dizia respeito ao local de residência do respondente, pois esse fator pode resultar em diferentes níveis de confiança e capital social em relação aos demais. Nas questões relacionadas à empresa, a ênfase foi dada aos aspectos de relacionamento com funcionários e comunidade local. Quanto à Aprovale, a elaboração das perguntas foi direcionada à relação entre associados e destes com a associação. No bloco referente à vida social, interessava descobrir qual a intensidade do vínculo com a comunidade local, bem como identificar o convívio social com outras atividades. No conjunto de questões sobre a vida cívica, buscou-se respostas relativas à participação política e comunitária dos entrevistados. Por fim, o conjunto de questões finais visava a desvendar como o indivíduo lida com a existência das leis.

O instrumento de coleta foi enviado aos associados, primeiro, por e-mail, com um prazo de retorno de 20 dias. Foi solicitado que as questões fossem respondidas pelos proprietários ou por funcionários de nível gerencial com conhecimento sobre o relacionamento da empresa com a Aprovale. Após esse período, apenas 17% dos entrevistados haviam respondido. Em vista disso, foi feito contato por telefone para verificar qual a melhor forma do associado colaborar com a pesquisa: alguns preferiram responder por fax, enquanto outros informaram um novo e-mail para onde o questionário deveria ser encaminhado. Foi dado, então, um novo prazo de 20 dias para retorno, após os quais, 79% dos questionários tinham sido respondidos.

Os resultados foram tabulados e analisados qualitativamente, levando-se em consideração os aspectos históricos e culturais da localidade, bem como a criação da Aprovale e sua contribuição para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos.

Confiança, capital social e a Aprovale

A região demarcada chamada Vale dos Vinhedos situa-se em três municípios gaúchos: Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. A localidade foi ocupada por imigrantes provenientes das cidades do norte da Itália, pois no final do século XIX, ocorreu um intenso fenômeno migratório a partir da Europa para outros continentes. Segundo Caprara e Luchese (2005), esse fluxo migratório decorreu das difíceis condições de vida da população dos países de origem, em face das transformações sociais, políticas e econômicas ocasionadas pela expansão do capitalismo.

Um dos países que enfrentava tais dificuldades era a Itália, cujas transformações políticas (a unificação) e econômicas (a expansão do capitalismo), além da tensão social e das disputas por terra devido ao excedente populacional, tornaram-se mais acirradas. A migração se apresentou como uma das soluções, e, assim, a vinda de imigrantes para o Brasil foi incentivada tanto pelas autoridades italianas, quanto pelo governo brasileiro. Na realidade, era uma manobra política para resolver problemas decorrentes da crise social na Itália e, paralelamente, suprir a falta de mão-de-obra resultante da Abolição da Escravatura em 1888, que afetou particularmente a agricultura brasileira. Além do mais, havia interesse na ocupação das terras devolutas do Rio Grande do Sul e, em particular, no “branqueamento da raça”, pretendido pelos estadistas do Brasil imperial que temiam que o país se tornasse um “Império Negro” (DE PARIS, 1999).

Durante aquele século, muitos imigrantes foram levados a se instalarem no Rio Grande do Sul, recebendo terras comercializadas a crédito. A economia local era bastante diversificada, caracterizando-se pelo cultivo do trigo, do feijão, do milho, do arroz e de frutas para subsistência, pois o excedente era de difícil comercialização, devido à precariedade dos meios de transporte.

Alguns imigrantes dedicaram-se ao comércio, ao artesanato, à produção de manufaturados ou à criação de animais, moinhos, sapatarias e ferrarias, entre outras atividades. Com o passar dos anos, as estradas foram melhoradas para que pudesse existir maior intercâmbio de produtos com outras regiões do estado e do país.

Os imigrantes trouxeram ainda na sua bagagem o hábito do cultivo da videira para a fabricação do vinho, produto constante na vida dos italianos, além de outras características de cunho cultural que fazem parte da formação do Vale dos Vinhedos (CAPRARA; LUCHESE, 2005).

As gerações seguintes deram continuidade à produção vitivinícola, e nas últimas décadas, o vinho da região tornou-se referência nacional e internacional. Até meados da década de 1980, os produtores de uvas do Vale dos Vinhedos negociavam a safra com grandes vinícolas ou cooperativas da região, permanecendo com uma pequena parte para a produção de vinho de consumo familiar. Quando a comercialização de vinhos entrou em crise e o preço da uva caiu, os viticultores formaram pequenas cantinas para produzir o próprio vinho e comercializá-lo diretamente ao consumidor, possibilitando um aumento na lucratividade. Dessa forma, para melhorar as vendas, era necessário produzir um vinho de maior qualidade, assimilando as mais diversas tecnologias disponíveis no mercado vitivinícola e, assim, conquistar o reconhecimento do seu produto (APROVALE, 2006).

Em busca de maior competitividade no mercado, as técnicas utilizadas na fabricação foram aprimoradas, aumentando a quantidade de vinho produzido, bem como sua qualidade. Como fator competitivo no ramo vinícola, fazia-se necessário buscar legalmente a proteção dos vinhos produzidos na região, através do selo de indicação de procedência, facilitando inclusive sua comercialização. A indicação de procedência, segundo a legislação brasileira, é dada ao nome geográfico de uma parte do território que se torna conhecido na produção ou extração de determinado produto ou serviço prestado (FALCADE; MANDELLI, 1999).

No interesse de adquirir uma identificação para o vinho produzido na região do Vale dos Vinhedos, a Embrapa Uva e Vinho de Bento Gonçalves (Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho), iniciou na década de 1980 uma pesquisa para avaliar o potencial da região vitivinícola da serra gaúcha quanto ao fato de produzir um vinho de qualidade superior associado ao *terroir*.³ Mais tarde, em 1993, a Embrapa publicou um trabalho relacionando o

³ O termo francês *terroir* está associado ao conjunto de solo, clima e exposição à luz que determinado espaço possui, tornando-o único e interferindo nas características do vinho produzido a partir de uvas ali cultivadas (CLARKE, 2002).

conceito de denominação de origem às oportunidades de desenvolvimento do setor vitivinícola nacional (TONIETTO, 1993).

Acreditando na idéia, seis produtores do Vale dos Vinhedos uniram-se, criando a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE), em 1995, uma das exigências legais para se obter a indicação de procedência dos seus vinhos. Segundo seu estatuto, a Aprovele é uma instituição cultural, social e de pesquisa, sem fins econômicos, cujos objetivos dizem respeito à promoção, preservação e desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, além da proteção de sua indicação geográfica (APROVALE, 2004).

Nos anos seguintes, foram realizados diferentes estudos objetivando identificar as características de solo e clima, bem como critérios para delimitar a região. A solicitação para reconhecimento geográfico do espaço limitado a uma área de 8.122,95ha, chamada de Vale dos Vinhedos,⁴ foi realizada em 1998. O reconhecimento da indicação de procedência foi conquistado junto ao INPI apenas em 2002 (TONIETTO, 2005). Em 2006, a União Européia reconheceu o selo de indicação Vale dos Vinhedos, o que facilitou a comercialização dos vinhos nos países que a integram.

É visível o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos em termos vitivinícola e turístico, o que coincide com a união de pequenos produtores no intuito de conquistar reconhecimento nacional e internacional para seus produtos, incrementando a comercialização de seus vinhos e promovendo a localidade. Mas o que realmente culminou na criação da Aprovele e o sucesso comercial da região?

No decorrer das últimas décadas, os descendentes de italianos construíram vinícolas de pequeno, médio e grande porte, deixando a comercialização das uvas para cooperativas de produtores e investindo em seu próprio negócio. A iniciativa de deixar de lado a comercialização das uvas para a cooperativa suscita certa desconfiança no grupo, mas na verdade, ocorreu um descontentamento quanto à forma como as cooperativas estavam sendo conduzidas, com interesse diverso ao dos associados.

Após a constituição de suas vinícolas, os produtores perceberam que uma nova união poderia fortalecer as empresas, auxiliando a enfrentar as dificuldades do mercado vitivinícola nos anos globalizados. Este foi apontado pelos entrevistados que criaram a Aprovele como o principal motivo, paralelamente à necessidade de existir uma instituição com suas características para se obter o selo de indicação. Essa atitude vai ao encontro das pesquisas de Eman e Uphoff (apud PUTNAM, 2002) sobre os países do Terceiro Mundo, para quem as associações locais são fundamentais para as estratégias de desenvolvimento rural, desde que sejam organizadas a partir de iniciativas internas, não externas.

Alguns vitivinicultores ainda moram no Vale dos Vinhedos, mas a pesquisa identificou que atualmente a maioria dos associados não reside na região. Estes fazem parte da nova geração dos descendentes de italianos que fundaram as vinícolas nas décadas passadas e são resultado de um complexo processo de transformação vivenciado pela sociedade moderna. O fato de não compartilharem o local de residência com outros associados pode ser um dos geradores do baixo nível de confiança dos respondentes com relação a seus vizinhos da comunidade do Vale.

Esse aspecto sugere que a confiança existente na Aprovele e em seus membros não é característica individual dos associados ou parte de sua descendência cultural. Seria desenvolvida pela necessidade de fortalecer a associação, bem como propiciar benefícios

⁴ A região geográfica Vale dos Vinhedos abrange o distrito de Vale dos Vinhedos (pertencente a Bento Gonçalves), além de áreas nos municípios de Monte Belo do Sul e Garibaldi, cujo deságüe se dá no arroio Pedrinho (APROVALE, 2006). Este artigo refere-se ao Vale dos Vinhedos como região demarcada com indicação de procedência e não apenas ao distrito de Bento Gonçalves.

econômicos para a coletividade, fatores principais apontados pelos respondentes sobre a participação na associação.

Esses motivos estão fortemente ligados à manutenção do selo de indicação de procedência. O associado que participa da Aprovele e tem o direito de utilizar o selo compromete-se com os demais quanto à qualidade dos vinhos ali produzidos. É perceptível, nesse ponto, a necessidade que os membros têm quanto a serem igualmente confiáveis e à existência de normas compartilhadas, características apontadas nos estudos de Fukuyama (1996). Além disso, as características de risco e interdependência (ROUSSEAU et al, 1998) também se fazem presentes nas relações desencadeadas entre os associados da Aprovele.

No que diz respeito à associação, os respondentes participam de todas as reuniões e têm espaço aberto para discussão e apresentação de suas idéias (95%). Chama atenção o fato de que 50% dos associados mantêm apenas uma relação profissional com os demais, o que pode indicar que estamos falando de confiança e não de familismo amoral,⁵ conforme analisa Banfield (apud PUTNAM, 2002).

Ainda no aspecto da confiança, é total na associação, no seu presidente e em seus colaboradores (100% dos respondentes disseram que “confiam muito”). Além disso, a associação é vista como fator-chave para o sucesso no setor vitivinícola e turístico (60%), seguida pela ação de governantes locais e municipais (25%). Nesse âmbito, a comunidade local e o governo federal têm pouca importância na concepção dos associados (15%).

Nas questões sobre a confiança no poder público, o descrédito é evidente nos governos federal e estadual (85% responderam que “não confiam”), existindo um certo grau de confiança na ação municipal (40%). Isso pode estar relacionado às formas de envolvimento do poder público no Vale, que na concepção dos associados é mínima, restringindo-se principalmente a algumas ações em nível municipal. No entanto, cabe ressaltar que a participação do governo federal foi fundamental para o processo de obtenção da indicação de procedência, através do suporte institucional da Embrapa.

Entre os conflitos identificados na comunidade, o destaque fica com as diferentes ideologias políticas (50%), o que pode estar contribuindo para a falta de confiança nas instituições governamentais. Além disso, as diferenças materiais (pobres/ricos) ocasionadas pelas transformações vivenciadas no Vale dos Vinhedos nas últimas décadas, e a questão do nível educacional, também são consideradas um importante fator divergente, totalizando o percentual restante.

Ao mensurar o capital social, identificamos nas respostas que as vinícolas participam de outras associações e sindicatos, bem como de ações sociais. Buscam promover a interação entre funcionários através de reuniões frequentes, estimulando seu contato com os turistas que visitam o Vale dos Vinhedos, considerados muito importantes para o crescimento das vinícolas.

Nas questões da vida cívica, a maioria dos associados (60%) acompanha diariamente notícias pelos meios de comunicação, frequentando semanalmente locais públicos e visitando amigos/parentes, sem que, no entanto, participem de mobilizações coletivas (75%). O envolvimento com a política é praticamente inexistente em termos de filiação partidária e atuação em cargos governamentais, ficando à margem uma importante característica das comunidades cívicas, segundo a abordagem de Putnam (2002).

No que concerne às obrigações, os respondentes conhecem seus deveres e obedecem à lei (100%). Entretanto, as respostas revelam descrença na legislação nacional (25% responderam que “não acreditam na lei”), o que envolve diferentes motivos e demanda outro tipo de estudo. Uma das possibilidades para a descrença na lei pode estar relacionada com a

⁵ Combinação de uma série de fatores condicionantes inerentes à região, com base na estrutura familiar (BANFIELD apud PUTNAM, 2002).

falta de confiança no poder público, abordada anteriormente, visto que as leis do país são sancionadas através deste.

Considerações finais

A confiança é considerada elemento fundamental para o desenvolvimento de comunidades locais. No caso da comunidade rural do Vale dos Vinhedos, a confiança foi melhor identificada internamente na Aprovale, pois entre os demais participantes da comunidade foi constatado um certo grau de desconfiança.

O principal motivo para a fundação da Aprovale tem um viés econômico, visto que sua criação é um exigência para se obter o selo de indicação de procedência. O interesse em adquirir esse selo também tem conotação econômica, pois envolve a comercialização e a divulgação do vinho local.

Assim, motivados pela necessidade e a interdependência, a confiança entre os associados foi crescendo e tornando-se recíproca. A confiança entre os membros da Aprovale é total, o que pode ser considerado um fator chave para o sucesso das vinícolas que participam da associação.

Independente da falta de confiança em outros aspectos, como acontece com o poder público e com a comunidade local, o que fortalece a Aprovale a consistência do grupo, a definição de objetivos comuns e a necessidade de união para alcançá-los. O vínculo existente fundamenta-se na sobrevivência comercial das vinícolas associadas, evidenciado pelo crescimento do número de associados – inicialmente seis.

A presença de capital social foi identificada principalmente pelas relações dos respondentes com amigos e parentes, pois as ligações existentes entre os associados estão relacionadas às questões profissionais e econômicas, ou seja, aos benefícios para a Aprovale e o grupo.

Dessa forma, a ênfase que Fukuyama (1996) dá à questão cultural não parece ter relação com os resultados obtidos com os associados da Aprovale, haja vista os motivos de criação da mesma e a presença de confiança enfatizada apenas nas relações entre amigos e parentes. Os aspectos culturais que Putnam (2002) identificou nas comunidades do norte da Itália são similares em alguns pontos. Contudo, no contexto geral, muitos hábitos e tradições não estão mais presentes nos descendentes do Vale dos Vinhedos.

Levando em consideração as características da sociedade atual, as comunidades rurais buscam no desenvolvimento endógeno a capacidade de enfrentar as constantes transformações. Em meio à padronização e ao consumismo, as peculiaridades de uma localidade podem tornar-lhe competitiva no mundo globalizado. Segundo Cícero (2005, p.46), “o que faz, principalmente, manter a união e a boa harmonia entre os homens, é que cada um se dedica particularmente a prestar serviços àqueles a que estão mais diretamente unidos”.

Referências

APROVALE. Estatuto da Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos, [S.l.], 2004.

_____. Material fornecido pela associação, [S.l.], 2006.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n.21, 2003. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/article/viewPDFInterstitial/3647/2904>>. Acesso em: 19 jul. 2007.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de La Recherche en Sciences Sociales**, n.31, 1980.

CAPRARA, B.; LUCHESE, T. **Da Colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves, 1875 a 1930**. Bento Gonçalves: Visograf, 2005.

CÍCERO. **Dos deveres**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

CLARKE, OZ. **Oz Clarke's Wine Atlas**: wines and wine regions of the world's great vineyard areas. 2. ed. London: Little Brown, 2002.

COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

DE PARIS, A. **Memórias**: Bento Gonçalves – 109 anos. Bento Gonçalves: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, 1999.

DURSTON, J. **Que é capital social comunitário?** Santiago do Chile: Cepal, 2000. (Série Políticas Sociais).

FALCADE, I.; MANDELLI, F. **Vale dos Vinhedos**: caracterização geográfica da região. Caxias do Sul: Educ, 1999.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

HANIFAN, J. L. The Rural School Community Center. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v.67, p.130-138, 1916.

MACIEL, M.; ALBAGLI, S. **Capital social e empreendedorismo local**. Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MILES, R. E.; CREED, W. E. D. Organizational forms and managerial philosophies: a descriptive and analytical review. In: STAW, B. M.; CUMMINGS, L. L. (Ed.). **Research in organizational behavior**. Greenwich, CT: Jai Press, 1995. v.17, p.333-372.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital and the organization advantage. **Academy of Management Review**, n.23, p.242-266, 1998.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade de democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ROUSSEAU, Denise M. et al. Not so different at all: a cross-discipline view of trust. **Academy of Management Review**, n.23, p.393-404, 1998.

SILVEIRA, C. M. **Desenvolvimento local**: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos. In: FISCHER, T (org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 239-244.

STOLLE, D. Bowling together, bowling alone: the development of generalized trust in voluntary associations. **Political Psychology**, n.19, p.497-526, 1998.

TONIETTO, J. **O conceito de denominação de origem**: uma opção para o desenvolvimento do setor vitivinícola brasileiro. Bento Gonçalves: Embrapa, 1993.

_____. Experiências de desenvolvimento de indicações geográficas: vinhos da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. In: LAGES, V.; LAGARES, L.; BRAGA, C. (Ed.). **Valorização do produto com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. Brasília, DF: Sebrae, 2005.